

## Movimentos populares e esquerda no segundo governo Lula

06-Jul-2007

Lula começou seu segundo mandato com grande força política: enfrentando pouca oposição à direita, contando com apoio ou neutralidade da maior parte da esquerda, e com a oposição real de apenas uma parte minoritária da esquerda. Depois de cinco meses, a situação já é diferente: há uma tendência de crescimento da oposição à esquerda, e movimentos sociais têm realizado mobilizações unitárias contra a política econômica e as novas reformas neoliberais anunciadas por seu governo. Lula conserva, no entanto, um apoio majoritário, e mantém grande capacidade de iniciativa.

Por João Machado, do PSOL

O segundo governo Lula começou muito forte, embalado pela vitória de 2006 (no 2º turno Lula obteve 60,83% dos votos válidos). É verdade que sua expressiva votação se explicou, em boa medida, pelo peso de programas assistencialistas como o programa Bolsa Família (que atinge, segundo a imprensa, cerca de 25% da população brasileira), e que em regiões em que estes programas têm menos peso (como o centro-sul do país) Lula foi derrotado por seu adversário no segundo turno; de certa forma, o país saiu das eleições dividido eleitoralmente. Mas este fato apenas relativiza o significado da vitória.

Lula fortaleceu-se com a realização do segundo turno das eleições presidenciais. Uma parte significativa da esquerda brasileira, que havia se frustrado com seu primeiro mandato, e ou lhe fez oposição no primeiro turno (caso dos setores que se reuniram na "Frente de Esquerda" que lançou a candidatura de Heloísa Helena e dos setores que apoiaram Cristovam Buarque, do PDT - Partido Democrático Trabalhista) ou ficou indiferente e não se mobilizou (caso do MST e de alguns setores da militância cristã). No segundo turno, no entanto, a sua grande maioria mobilizou-se em seu favor. Dos partidos de esquerda com representação parlamentar, apenas P-SOL não defendeu o voto em Lula no segundo turno (ainda que tampouco tenha feito uma campanha pelo voto nulo).

Para os setores críticos de esquerda que apoiaram Lula, isto representou, basicamente, uma escolha do "mal menor". Mesmo assim, como era inevitável alguma polarização entre Lula e o candidato do bloco PSDB-PFL, difundiu-se a idéia de que a vitória de Lula havia sido uma vitória (relativa) dos trabalhadores e que seu segundo mandato poderia ser, em alguma medida, menos conservador do que o primeiro.

Assim, a maior parte do eleitorado de esquerda o via, depois do segundo turno das eleições, de uma forma mais favorável do que nos meses anteriores, mesmo sem alimentar esperanças de mudanças sociais significativas. O fato de as expectativas serem modestas poderia até jogar a seu favor, já que reduzia as cobranças que lhe eram feitas. Além disso, Lula mantinha um grande controle sobre as principais organizações do campo popular - especialmente sobre a direção da CUT, de outras centrais sindicais e da ampla maioria dos sindicatos.

É preciso também levar em conta outro fato: os partidos que formam o eixo da oposição parlamentar, o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e o PFL (Partido da Frente Liberal, que mudou recentemente seu nome para "Democratas", com a sigla DEM) não têm divergências de fundo com o governo Lula; na realidade, fazem-lhe uma oposição muito pouco firme. Por outro lado, a oposição de esquerda ficou reduzida ao P-SOL e a setores extra-parlamentares; no conjunto, bastante minoritária.

O segundo governo Lula começou beneficiado ainda por um quarto fator: a continuação do quadro econômico internacional muito favorável, que já havia permitido que os resultados econômicos dos últimos anos parecessem melhores do que os dos anos do governo Fernando Henrique Cardoso (ainda que muito inferiores à média da América Latina, ou à média de crescimento da

mundial).

Ou seja: Lula teve uma votação expressiva, recuperou boa parte do apoio popular que havia perdido ao longo do primeiro mandato, não tinha de enfrentar quase nenhuma oposição pela direita, e ainda contava com a situação econômica internacional favorável. Começou, portanto, seu segundo mandato com muita força.

Esta força, aliás, foi demonstrada pela sua capacidade de ampliar significativamente sua base de apoio político-parlamentar. Conquistou formalmente o apoio do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, de centro-direita, que tem o maior número de deputados e senadores), e montou uma base parlamentar com quase todos os partidos representados no Congresso brasileiro, que inclui bem mais de dois terços dos congressistas.

Pela esquerda (usando este termo num sentido muito amplo e pouco rigoroso) além do PT, a base de governo inclui o PC do B (Partido Comunista do Brasil), o PSB (Partido Socialista Brasileiro) e o PDT (Partido Democrático Trabalhista). Os dois primeiros já o apoiavam no primeiro mandato; quanto ao PDT, havia dado apoio no início do primeiro mandato, e depois passado para a oposição; retornou ao governo no segundo mandato.

Pela direita os apoios são bem mais numerosos: Lula manteve a adesão do PP (Partido Progressista) de Paulo Maluf (considerado, em geral, entre os partidos brasileiros significativos, o mais à direita), do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), do PL (Partido Liberal, que mudou seu nome, para PR, Partido Republicano). Lula avançou até sobre o bloco PSDB-PFL, cooptando vários deputados eleitos por ele para partidos da base do governo.

Entretanto, é possível que esta grande ampliação da base político-parlamentar do governo tenha representado mais um elemento de desgaste do que um reforço. Pois é impossível fugir das constatações de que esta base é, de conjunto, ainda mais conservadora do que a do primeiro mandato, e de que ela foi montada acintosamente com os métodos que a política brasileira chama de "fisiológicos" (por oposição a "ideológicos" ou "programáticos"; os políticos ditos "fisiológicos" são os que se movem exclusivamente para a defesa de seus interesses materiais diretos). Aliás, para viabilizar a montagem desta base, Lula, contrariando promessas de campanha, já ampliou o número de ministérios, e outros ainda são esperados (foi anunciada recentemente a criação de uma curiosa "Secretaria Especial de Ações de Longo Prazo", com status de Ministério).

Naturalmente. a montagem de tal base parlamentar desagradou à esquerda. Além disso, era previsível que tais apoios e tais métodos não deixariam de provocar escândalos de corrupção como os que marcaram o primeiro mandato. É o que começou a acontecer já neste mês de maio, com o desencadeamento de uma operação da Polícia Federal chamada de "Operação Navalha", centrada na investigação da corrupção no Ministério das Minas e Energia, que já provocou a primeira queda de um ministro do segundo mandato (Silas Rondeau, do PMDB, que foi obrigado a deixar o Ministério das Minas e Energia). Muitos políticos da base do governo, especialmente do PMDB, estão implicados (inclusive governadores filiados ao PT), e uma das principais figuras do PMDB (um dos principais responsáveis pela adesão deste partido a Lula); o presidente do Senado, Renan Calheiros, está diretamente ameaçado.

## O PAC

É possível dizer que o fato mais marcante dos primeiros meses deste segundo mandato foi uma perda significativa de apoio de Lula à esquerda. Uma primeira razão foi a já comentada montagem da base de apoio muito conservadora. Em associação a isto, logo ficou claro que não haveria nenhuma mudança de orientação no governo. O mais grave, no entanto, é que desde o início do segundo governo Lula vem multiplicando verdadeiras agressões aos trabalhadores, aos setores populares e a todos os que têm posições à esquerda.

Antes de comentar estas agressões, convém mencionar a principal iniciativa do governo no segundo mandato, que foi o lançamento do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, em 22 de janeiro.

Vale a pena fazer a pergunta: por que falar apenas em "aceleração do crescimento", e não em "desenvolvimento"? Provavelmente, não foi por uma consciência da insuficiência deste programa como plano de desenvolvimento - nomes pomposos para realidades pouco significativas não faltaram ao governo Lula. A razão mais provável deve ser a vontade de reduzir o risco de o programa ser taxado pelos "mercados" de desenvolvimentista, isto é, de pouco ortodoxo em matéria da condução da economia. Mesmo sem o nome, aliás, estes "mercados"

viram no programa uma recaída "desenvolvimentista" - esta foi, em essência, a base das críticas que lhe foram feitas por setores mais à direita.

O PAC é, fundamentalmente, uma tentativa de responder a uma das críticas mais inquestionáveis feitas ao primeiro mandato de Lula: ainda que a economia tenha crescido mais do que nos anos de F. H. Cardoso, quando levamos em conta a conjuntura internacional atual muito mais favorável, é forçoso concluir que seus resultados econômicos foram piores do que os do governo anterior. Esta conclusão é reforçada quando o desempenho da economia brasileira é comparado com o de países como a Argentina ou a Venezuela. O Programa consiste, em primeiro lugar, numa previsão de elevação dos gastos do Estado com investimento em infra-estrutura, para o que é admitida a possibilidade de redução do superávit fiscal primário, ou seja, dos recursos reservados para o pagamento de juros da dívida pública (os gastos com a realização de investimentos considerados essenciais poderiam ser deduzidos do superávit primário). Em segundo lugar, inclui um conjunto de incentivos fiscais para a elevação dos investimentos do setor privado.

Enquanto os setores burgueses são convidados a "dar sua contribuição" ganhando incentivos, o tratamento que o PAC dá aos trabalhadores assalariados é o oposto. Um dos seus itens prevê um teto para a elevação da massa salarial do setor público de 1,5% ao ano acima da inflação - montante que, sem novas contratações, praticamente deve se esgotar com o pagamento das promoções normais nas carreiras. Ou seja: nem contratação de novos funcionários, nem recuperação dos salários. Uma medida como esta torna praticamente letra morta o chamado "PAC da educação" lançado depois, programa que prevê a expansão do ensino público. Ora, como expandir o ensino

público sem realizar contratação de professores, para nem falar da urgentíssima necessidade de recuperar seus salários?

Este tratamento hostil aos assalariados, no entanto, era necessário dentro da lógica do governo de não se chocar com os "mercados". Representa um esforço para mostrar que a preocupação com a austeridade fiscal não seria abandonada, apesar dos maiores gastos com investimento e da possibilidade de reduzir o superávit fiscal primário.

Seja como for, o resultado do PAC é incerto. Quase todos os economistas, mesmo os mais conservadores, avaliam que mesmo uma "aceleração do crescimento" depende fundamentalmente de uma mudança na mui conservadora política monetária - decisão que Lula resiste em tomar (manteve no cargo o presidente do Banco Central, o ex-banqueiro Henrique Meirelles, ex-deputado

eleito pelo PSDB).

O PAC pode ser considerado, portanto, uma primeira agressão aos trabalhadores e à esquerda - ainda que tenha conseguido alguma boa vontade de um setor de críticos do primeiro mandato de Lula, os economistas keynesianos "desenvolvimentistas", que viram nele, sobretudo, a disposição de recuperar o papel estruturante do Estado e do gasto público.

Agressões e insultos aos trabalhadores e à esquerda

Esta foi, no entanto, a menor agressão até agora. Mais importante foi Lula ter deixado claro que daria seguimento à agenda de reformas neoliberais e que não faria as reformas reivindicadas pela esquerda, como a reforma agrária.

Anunciam-se, entre outras, uma reforma das leis trabalhistas e uma nova reforma da Previdência. A respeito desta última, há um fato curioso que mostra bem o sentido que terá a proposta a ser apresentada e ilustra o caráter das relações que se estabeleceram entre o governo e a direção da CUT.

Inicialmente, estava previsto que o Ministério da Previdência seria ocupado pelo presidente

do PDT, Carlos Luppi. Depois, no entanto, Lula preferiu indicá-lo para o Ministério do Trabalho, e colocar no Ministério da Previdência o ex-presidente da CUT (ainda muito vinculado à direção desta Central), Luís Marinho. A explicação que foi dada (abertamente) para esta substituição é notável: Luppi e o PDT haviam sido contrários à reforma da Previdência aprovada por Lula no seu primeiro mandato, e teriam dificuldades em aceitar nova rodada de redução de direitos dos trabalhadores. Já Luís Marinho, o dirigente da CUT, estaria disposto a cumprir o que fosse determinado por Lula, ainda que isto pudesse prejudicá-lo nas suas declaradas intenções de candidatar-se a prefeito de São Bernardo do Campo. Entre a fidelidade à classe e os interesses próprios, de um lado, e à fidelidade ao chefe, do outro, ninguém duvida de que Marinho ficará com esta última.

Por outro lado, o governo deixou inteiramente claro que não faria uma Reforma Agrária, como a reivindicada pelo MST. Este movimento, bem como todas as entidades que lutam pela Reforma Agrária, consideram que a sua não-realização foi um dos pontos mais negativos do primeiro mandato. O governo, por outro lado, alega que já está fazendo a Reforma Agrária possível, e que, tal como tem sido realizada, ela é exitosa. Ou seja, não fará uma verdadeira Reforma Agrária. Como declarou a dirigente do MST, Marina dos Santos: "Temos percebido (.) que há uma opção clara deste governo em torno dos projetos das grandes empresas, das transnacionais e do agronegócio em detrimento das políticas de reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar camponesa no país" (Jornal Brasil de Fato, 19/04/2007).

Uma agressão ainda mais explícita aos trabalhadores foi o anúncio de uma "regulamentação" do direito de greve dos funcionários públicos que, de fato, impediria greves no setor. Entre outros itens da proposta anunciada, uma greve de funcionários públicos só poderia ser realizada se aprovada em assembléia por mais de dois terços da categoria (coisa praticamente impossível, em geral). Além disso, seria necessário manter 60% das atividades mesmo durante a greve, o governo poderia contratar trabalhadores temporários para substituir os grevistas, etc. A este respeito, Lula deu algumas declarações que só podem ser consideradas provocações. Disse, por exemplo, que "somente um governo de ex-sindicalistas pode propor restrições ao direito de greve"; e que, tal como têm sido realizadas, as greves do funcionalismo público são, na realidade, "férias remuneradas".

Naturalmente, o projeto ainda não foi claramente definido, e muito menos aprovado. Mas seu simples anúncio, embrulhado com a retórica lulista anti-greve, constitui uma agressão gravíssima.

O pacote "Bush amigo, usineiros heróis, Brasil imenso canavial" - o elogio da traição

Mas Lula ainda fez coisa pior contra os trabalhadores e a esquerda. Podemos dizer que lançou um "pacote" que se adiciona à não-realização da reforma agrária e à priorização dos interesses do agro-negócio. Podemos resumir-lo com o título "Bush amigo, usineiros heróis, viva o etanol, ecologia atrapalha - Brasil, imenso canavial".

Assim, o governo Lula está radicalizando sua opção agro-exportadora. O ponto de partida deste "pacote" é a opção por apoiar-se na decisão de Bush de difundir o uso do etanol como combustível nos EUA para ampliar a produção de cana no Brasil, nos marcos de uma colaboração geral mais estreita com o governo dos EUA.

Todos os sinais foram dados de que está em curso uma aliança privilegiada de Lula com o governo Bush. No dia 9 de março, Bush foi recebido com pompa no Brasil (no mesmo momento em que Chávez e Kirchner, na Argentina, protestavam contra sua visita à América Latina); vinte dias depois, no último dia do mês, Lula foi a Camp David, na casa de campo do governo estadunidense, onde foi recebido como grande amigo por Bush. Além do sentido político geral evidente, um tema central destas visitas foi a ampliação do cultivo de cana no Brasil para produzir etanol.

Ou seja, o governo Lula está apostando na expansão das monoculturas industriais (cana, mas também soja, milho e eucalipto), que transformarão o campo brasileiro em um imenso "deserto verde". A cultura da cana ameaça a sobrevivência do Pantanal e as madeiras, a pecuária e a soja atacam, de vários lados, a Amazônia. Transformar o etanol no carro-chefe das exportações brasileiras supõe mais desmatamento, poluição das fontes cada vez mais escassas de água, queimadas, degradação das já péssimas condições de trabalho e a continuidade da expulsão da população do campo para cidades, engrossando as legiões de desempregados.



Lula parece disposto a tornar realidade uma frase irônica dita pelo colonizador português numa das mais belas canções brasileiras, o "Fado Tropical", de Chico Buarque e Rui Guerra: "Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal; ainda vai tornar-se um imenso canavial!". Muito caracteristicamente, esta canção é parte de uma peça de teatro chamada "Calabar - O elogio da traição" (Calabar foi um brasileiro que apoiou a ocupação holandesa no nordeste do país; a historiografia brasileira o considera, por isso, um traidor).

A este respeito, Lula deu mais uma das suas declarações de péssimo gosto. Disse que as regulamentações ambientais estão "travando o crescimento econômico". Mas esta declaração nem se compara a outra, dita em 20/03/2005: "Os usineiros, que até seis anos atrás eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais porque todo mundo está de olho no álcool".

A compreensão da enormidade do insulto que esta frase representa a toda a luta dos trabalhadores e do povo brasileiros por melhores condições de vida e pela emancipação humana exige que se saiba o seguinte: é público e notório que os usineiros - os patrões da cana de açúcar - são muito provavelmente a categoria patronal que mais super-explora os trabalhadores e mais lhe impõe péssimas condições de trabalho. Justamente por isso eram - e continuam sendo - considerados "bandidos" pela esquerda e por todo o pensamento progressista brasileiro.

Depois de Lula ter dito a sua frase, foi divulgado, por exemplo, com base em estudos da pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva, professora livre docente da Unesp (Universidade Estadual Paulista), que os trabalhadores dos canaviais (conhecidos como "bóias-frias") têm uma vida útil inferior à que tinham os escravos brasileiros (Folha de S. Paulo, 29/04/2007). Como explica a pesquisadora, a busca por maior produtividade obriga os cortadores de cana a colher até 15 toneladas por dia; esse esforço físico encurta o ciclo de trabalho na atividade. Nas décadas de 80 e 90, esta vida útil era estimada em 15 anos. Atualmente, acredita a pesquisadora, deve estar por volta de 12 anos. Ora, na mesma matéria da Folha de S. Paulo, são citados estudos do

historiador Jacob Gorender. Ele estima que "o ciclo de vida útil dos escravos na agricultura era de 10 a 12 anos até 1850, antes da proibição do tráfico de escravos da África. Depois dessa data, os proprietários passaram a cuidar melhor dos escravos, e a vida útil subiu para 15 a 20 anos".

Com estas condições de trabalho, desde meados de 2004 já ocorreram pelo menos 19 mortes de trabalhadores por exaustão nos canaviais de São Paulo - estado mais rico e, supostamente, mais moderno da federação.

A ênfase no cultivo da cana, portanto, tanto representa um crime ambiental como um apoio à degradação das condições de trabalho. Enquanto crime ambiental, é apenas mais um, de um governo que liberou o cultivo dos transgênicos, iniciou uma faraônica transposição do rio São Francisco e aprovou uma Lei de Concessão da Exploração das Florestas Públicas que o IBAMA (organismo federal encarregado) não tem a mínima condição de fiscalizar, renunciando mais destruição e apropriação privada da biodiversidade. Entre 2000 e 2005, o Brasil perdeu mais de 130 mil km<sup>2</sup> de florestas, o equivalente a área somada de Portugal e Holanda. O Brasil é hoje, devido ao desmatamento e às queimadas na Amazônia, o quarto maior emissor de gás carbônico do planeta.

A evolução da posição do MST e a emergência de uma nova situação dos movimentos sociais

Diante de tudo isto, não pode ser surpresa que esteja em gestação um novo quadro nos movimentos sociais brasileiros. A grande novidade é a definição de uma agenda comum entre setores que já romperam com o governo Lula (vinculados ao P-SOL, ao PSTU, ou sem vinculação partidária), setores que não romperam com este governo, mas que têm adotado uma atitude cada vez mais crítica (como o MST e setores da esquerda cristã, em especial as pastorais sociais), e até setores que ainda apóiam e participam do governo (como setores vinculados ao PC do B e a minorias da CUT, além de organizações como a Marcha Mundial de Mulheres).

Provavelmente o principal elemento que explica esta mudança é a alteração da

posição do MST, que decidiu "subir o tom" nas críticas ao governo Lula e iniciar uma nova política de alianças (dando destaque aos setores vinculados ao P-SOL e ao PSTU). Já em novembro de 2006, ainda antes do início do segundo mandato de Lula, a Plenária Nacional da Assembléia Popular (movimento plural, impulsionado, sobretudo, pelo MST e por setores da esquerda cristã) aprovou um calendário de lutas e apontou para uma busca de unidade com outros setores. Mas foi ao longo do mês de março, quando o pacote "Bush-etanol-usineiros heróis" foi divulgado por Lula, que foi explicitada uma decisão de subir significativamente o tom nas críticas ao governo Lula.

Uma primeira mobilização unitária aconteceu já no dia 8 de março. A tradicional comemoração do Dia da Mulher foi combinada com protestos contra a visita de Bush ao Brasil. Pela primeira vez em vários anos, participaram conjuntamente setores que fazem oposição de esquerda ao governo e setores governistas.

Um segundo momento importante que marcou esta nova fase foi a realização do Encontro Nacional Contra as Reformas Neoliberais, no dia 25 de março, que reuniu cerca de 6 mil trabalhadores, em São Paulo. O Encontro foi organizado pela basicamente pela INTERSINDICAL e pela CONLUTAS (ambas são agrupamentos de sindicalistas que se opõem ao governo Lula, vinculados principalmente ao P-SOL ou ao PSTU, ou sem vinculação partidária). Mas contou também com a presença de representantes das pastorais sociais da Igreja católica, e, como convidados, do MST e da CSC (Corrente Sindical Classista, vinculada ao PC do B).

Como não podia deixar de ser, este Encontro teve tanto um caráter tanto político quanto sindical. Ele formou um "Fórum de Luta contra as Reformas Neoliberais". E, mais importante, foi acertado que este novo Fórum procuraria organizar atividades comuns com a Coordenação dos Movimentos Sociais (agrupamento formado no primeiro governo Lula, que tinha, até então, a linha de apoiar este governo e de pressioná-lo para "avançar"). Desta Coordenação participam a CUT, o MST, a UNE, a Marcha Mundial de Mulheres e outras entidades.

A partir daí, foram realizadas, em diversos estados, comemorações comuns de "Primeiros de Maio classistas" (por oposição aos shows despolitizados em que se transformaram as comemorações do 1º de maio da CUT e da Força Sindical, as duas maiores centrais sindicais). E, mais importante, foi convocada para o dia 23 de maio uma Jornada de Lutas comum.

A convocatória desta jornada, assinada por organizações tão díspares quanto a CONLUTAS, a INTERSINDICAL, a CUT, o MST, a Via Campesina, a UNE, a Coordenação dos Movimentos Sociais, a Assembléia Popular, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, a Marcha Mundial das Mulheres, as Pastorais Sociais e a Confederação Nacional das Associações de Moradores, foi um documento muito radical. Vale a pena reproduzir seu texto:

O movimento sindical, popular e estudantil convoca trabalhadores e o povo a lutar: contra a reforma da previdência, contra toda reforma que retire direitos (Não à Emenda 3), por emprego, salário digno, reforma agrária e moradia, contra a política econômica e o pagamento das dívidas interna/externa, em defesa do direito de greve e contra a criminalização dos movimentos sociais.

Nós, lutadores e lutadoras do movimento popular, convocamos toda a sociedade para uma grande jornada de lutas, no dia 23 de maio de 2007, contra essa política econômica e o superávit primário, pelo não pagamento das dívidas externa/interna e por uma auditoria dessas dívidas, bem como contra qualquer tipo de reforma que traga prejuízos à classe trabalhadora e à soberania do país.

Vamos nos manifestar contra a política econômica do governo federal, que enriquece banqueiros e grandes empresários, estrangula qualquer possibilidade de investimentos em políticas sociais, mantendo a perversa concentração de renda.

Vamos nos manifestar contra a retirada de direitos trabalhistas e contra a reforma previdenciária apresentada, pois é inadmissível reduzir nossas conquistas históricas.

Lutamos para libertar o Brasil do domínio imperialista, que impõe o agronegócio, que destrói a natureza e compromete a capacidade de produção de alimentos para o povo.

Nos irmanamos a todos os povos latino-americanos em defesa da independência e da soberania de nossos países. Nos manifestamos pela retirada das tropas do Haiti e contra a invasão do Iraque pelos Estados Unidos.

Estamos nas ruas por mais direitos para o povo.

Segue uma lista de reivindicações, na mesma linha.

Evidentemente, esta plataforma pode ser descrita como de "oposição de classe" às políticas do governo Lula. É surpreendente, portanto, que tenha entre seus signatários organizações que prestam apoio integral a este governo - em especial a CUT.

Há explicações para isto, em diversos níveis.

O primeiro, é que as agressões perpetradas por Lula contra os trabalhadores e a esquerda obrigam até aos setores mais governistas a fazerem oposição pelo menos a algumas medidas do governo. Setores claramente governistas parecem ter participado destas mobilizações no exercício de uma esperteza peculiar: posicionam-se simultaneamente como governo e como oposição.

Em segundo lugar, é preciso ter em conta o papel central que o MST joga na esquerda brasileira. Trata-se de um papel conquistado pela sua capacidade de mobilização e combatividade, e reforçado por ter sido o setor que mais mobilizou contra o governo F. H. Cardoso. Foi também capaz de se mobilizar e de manter uma postura crítica também no primeiro mandato de Lula (ainda que com uma alguma ambigüidade, pois evitou romper com o governo). Boa parte da esquerda governista procura não ficar demasiado distante do MST; a proximidade com ele funciona para esta esquerda como uma espécie de atestado de que ainda faz parte da esquerda. Por outro lado, embora o MST, mesmo agora, ainda não tenha explicitado sua ruptura com o

governo Lula, sua decisão de "subir o tom" nas críticas, e de aliar-se também com o P-SOL e o PSTU, leva-o a quase isto, na prática.

Outro elemento decisivo para explicar esta ampla unidade é a posição que tem sido adotada pelo PC do B. Este partido não demonstra nenhuma intenção de romper com o governo Lula. Parece, no entanto, ter decidido explorar até o limite as possibilidades de diferenciar-se dentro do governo. Além da dificuldade para um partido que ainda se proclama comunista (e que tem um portal na Internet chamado "Vermelho") de aceitar as agressões feitas por Lula contra os trabalhadores e a esquerda, parece estar pesando também sua dificuldade em continuar na CUT. De fato, além de a direção desta Central ter passado para o setor mais governista da Articulação Sindical, ela tem centralizado o seu funcionamento de modo a não dar praticamente nenhum espaço para a CSC (Corrente Sindical Classista) dirigida pelo PC do B. O PC do B, assim, está ameaçando sair da CUT, e também busca novas alianças - ainda que com posições bem menos ousadas do que as do MST.

Finalmente, outro elemento importante para explicar esta movimentação é o enorme desconforto que os setores da Articulação Sindical menos integrados ao governo - que, não por acaso, têm sua base, em grande parte, no funcionalismo público, que já foi atacado no primeiro mandato e deve ser ainda mais agredido neste segundo mandato - têm sentido no interior da CUT. Foram estes setores que participaram em nome da CUT das reuniões que aprovaram a Convocatória.

Registremos, no entanto, que a própria direção da CUT tem dificuldades para defender o governo. Numa reunião com o ministro Luís Dulci, em 25/05, o próprio presidente da CUT disse que o governo estava privilegiando a agenda da direita, enquanto o ex-presidente da Central, do setor menos governista, dizia que "Tem capeta solto em Brasília, parece que abriram as portas do

inferno" (Agência Carta Maior, 28/05/2007).

A realização da Jornada de Lutas de 23 de maio foi muito expressiva (e muito exitosa, segundo o balanço de seus organizadores), mas não foi propriamente unificada. A direção da CUT realizou manifestações próprias, reduzindo suas reivindicações à luta "contra a Emenda 3",

um tema apoiado por todo o movimento, mas que não se choca com o governo federal (esta emenda, que reduz a possibilidade de fiscalização ao cumprimento da legislação trabalhista, foi uma iniciativa de setores parlamentares do PSDB e do DEM).

Seja como for, está em curso um processo de mudanças que está criando um novo quadro para o movimento social brasileiro - ainda que a situação geral continue defensiva para a classe trabalhadora. Não se trata apenas do esforço de mobilização unitária - em muitos estados vêm acontecendo mobilizações, paralisações e greves de várias categorias, como a polícia

federal, os controladores de vôlei, os funcionários do IBAMA, do INCRA, etc.

As relações internacionais

Outra frente de dificuldades nas relações do segundo governo Lula com a esquerda é a das relações internacionais. Não é possível comentá-la aqui em detalhe; registremos, no entanto, que, além da contraposição evidente entre Lula recebendo Bush com pompa e Chávez manifestando contra esta visita, com Kirchner, em Buenos Aires, a opção pelo etanol provocou críticas de Fidel Castro e Chávez. Também as relações entre o governo brasileiro e o da Bolívia estão mais difíceis.

O governo brasileiro, no entanto, segue manobrando nesta área, e até agora conseguiu evitar uma ruptura com os governos mais progressistas do continente. Não podemos subestimar a capacidade de manobra e de iniciativa do governo brasileiro. No entanto, a diferenciação entre o governo Lula e os governos mais progressistas vai ficando mais clara.